

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025

Educação, Saúde e Aprendizagem nas escolas de Educação Infantil: tecendo reflexões sobre a relação professor, aluno e família no desenvolvimento da criança

Vandriele da Silva Oliveira¹; Cenilza Pereira dos Santos²

1. Vandriele da Silva Oliveira PIBIC/FAPESB, PEDAGOGIA, e-mail: vandrisilva11@gmail.com
2. Cenilza Pereira dos Santos, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: cpsantos@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Relação professor aluno; Escolas educação infantil.

INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui-se como espaço fundamental para o desenvolvimento integral da criança, englobando aspectos cognitivos, sociais, afetivos e relacionados à saúde. Nesse período, a aprendizagem acontece de forma intensa no espaço escolar, a relação entre professor e aluno é essencial para assegurar experiências significativas. O acompanhamento integral da infância tem sido contemplado em diferentes políticas públicas brasileiras que reconhecem a criança como sujeito de direitos, especialmente o direito à educação e à saúde, foco deste trabalho.

Documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a LDBEN (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), a BNCC (2015) e a PNIPI (2025) destacam a importância de ações articuladas entre educação, saúde e assistência social. Programas como Saúde da Família (1994) e Brasil Carinhoso (2012) buscam promover condições que favoreçam tanto a aprendizagem quanto o bem-estar das crianças.

O estudo investigou como essas políticas se transformaram em práticas efetivas na educação infantil e a relação de proximidade entre professor, aluno e família. A pergunta de pesquisa foi: *Os programas de assistência social à criança têm efetivamente contribuído para assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento escolar? Como esse acompanhamento implica na relação professor-aluno?*

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como a articulação entre as escolas de Educação Infantil e o Programa Saúde da Família favorece a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança. Desse modo, os objetivos específicos são, investigar os componentes de articulação dos programas de seguridade social com as escolas de Educação Infantil, compreender de que maneira o acompanhamento da saúde e da educação influencia na aprendizagem e no desenvolvimento infantil, além de identificar os reflexos desse

acompanhamento na relação entre professor e aluno e nos processos de ensino e aprendizagem. A relevância da pesquisa está em compreender como as políticas públicas se efetivam no cotidiano escolar e em identificar práticas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

MÉTODO

A pesquisa segue abordagem qualitativa, buscando captar significados e relações nas práticas educativas e políticas públicas voltadas à infância. Utilizou-se uma inspiração da Teoria Fundamentada em Dados (TFD) (Charmaz, 2009), entendida como caminho para construir compreensões a partir dos dados coletados e revisitados constantemente. Foi realizada uma análise documental dos programas: Programa Brasil Carinhoso (2012), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/2024). Além de entrevistas semiestruturadas com três colaboradoras: duas ex-gestoras escolares e uma professora atuante na educação infantil. Todas as colaboradoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Um dos desafios foi a dificuldade de acesso a gestores do período de 2012 a 2017, o que levou à adaptação para incluir professores que atuavam na educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A articulação entre educação e saúde na educação infantil de acordo com as políticas para a infância: o que nos dizem os documentos.

A articulação entre educação e saúde é essencial para o desenvolvimento infantil, pois vai além do cuidado físico, abrangendo também aspectos emocionais e psicológicos que favorecem a aprendizagem e a construção do conhecimento. Piaget (2002) e Ribeiro (2010) apontam que boas condições de saúde influenciam diretamente a disposição, concentração e interação social das crianças, elementos fundamentais para o aprendizado. Na Educação Infantil, o acompanhamento do desenvolvimento permite identificar dificuldades precocemente e encaminhar as crianças para profissionais da saúde, fortalecendo um ciclo positivo entre bem-estar e aprendizagem. O cuidado escolar também envolve nutrição, vacinação e higiene, garantindo segurança às famílias e cumprimento dos direitos da criança, conforme a Constituição de 1988 e o ECA (1990).

De acordo com a Unesco (2002) e Aragão *et al* (2019), educação e cuidado são inseparáveis, sendo a promoção da saúde nas escolas indispensável para o desenvolvimento pleno. As políticas públicas brasileiras, como o Programa Saúde da Família (1994), a Estratégia Saúde da Família (2006) e o Programa Brasil Carinhoso (2012), buscam garantir atenção integral à infância, integrando saúde, educação e assistência social. Mais recentemente, documentos como as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (2024) e a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (2025) reforçam essa necessidade de articulação intersetorial. Contudo, ainda há uma distância entre o que as políticas propõem e o que é efetivado na prática. Como destaca Arroyo (2006), a ausência de estrutura e compromisso político torna muitas ações apenas “letras mortas”, revelando fragilidades na

implementação e na articulação entre educação e saúde, o que impacta diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Ressalta-se aqui que para uma política pública ser implementada de forma eficaz, é fundamental a participação dos municípios assumindo a mesma concepção de atenção, cuidado e aprendizagem com seus cidadãos, especificamente nessa pesquisa, com as crianças de 0 a 5 anos que são alvo das escolas de educação infantil. Portanto, se o Estado e Municípios não se comprometerem com a mesma intensidade que as políticas são instituídas pelos Ministérios envolvidos, muito pouco continuará sendo realizado em prol das crianças em estado de vulnerabilidade.

A articulação entre educação e saúde: o que nos diz os colaboradores

A pesquisa buscou compreender como as políticas públicas de saúde e educação se articulavam durante o Programa Brasil Carinhoso (2012–2017), por meio de entrevistas com três colaboradoras da Educação Infantil, duas gestoras (A e B) e uma professora (C). Houve dificuldade em localizar gestoras que atuaram diretamente nesse período, o que evidencia a fragilidade institucional das políticas e sua falta de continuidade. As falas das colaboradoras revelaram que as ações de articulação entre saúde e educação ocorriam de forma pontual e fragmentada, com visitas esporádicas das equipes de saúde, sem planejamento integrado ou continuidade. As atividades, muitas vezes, não eram adequadas à Educação Infantil, sendo voltadas ao Ensino Fundamental, o que demonstra falta de intencionalidade e compromisso com as necessidades das crianças pequenas.

Também foi relatada a interrupção de programas anteriores mais efetivos, como o de saúde bucal e o de vacinação nas escolas. A ausência dessas ações fragilizou a rede de proteção integral, comprometendo o acompanhamento das crianças e refletindo em problemas que afetam diretamente a aprendizagem, como doenças e má nutrição. As entrevistas mostraram ainda que a ineficiência das políticas de saúde e assistência impacta a relação professor–aluno, pois o professor enfrenta em sala de aula as consequências da falta de cuidado com a saúde das crianças, como desatenção, cansaço e desinteresse. Essa realidade sobrecarrega o docente e evidencia a falta de articulação efetiva entre as políticas públicas e a prática escolar, fazendo com que a intersetorialidade prevista nas leis se mantenha apenas no discurso.

Não é novidade que essa situação, esse acompanhamento transforma a relação professor e aluno em um espaço de tensões e sobrecargas, pois o professor precisa ir além de seu papel pedagógico, assumindo funções que caberiam a uma rede intersetorial de apoio. Entretanto, como revelam as entrevistas, as ações são pontuais e descontinuadas. Isso causa um desamparo institucional, em que o professor atua isoladamente diante das vulnerabilidades que as políticas públicas deveriam sanar. A relação pedagógica passa a ser marcada pela tentativa de compensar falhas estruturais, o que evidencia a falta de articulação entre os programas de políticas públicas e sua efetivação no cotidiano escolar.

CONCLUSÕES

O estudo abordou a relevância da articulação entre as políticas públicas de saúde, educação e assistência social na Educação Infantil, destacando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A pesquisa evidenciou que, apesar das políticas preverem ações intersetoriais, como o Programa Saúde da Família, a Estratégia da Família e o Brasil Carinhoso, essas iniciativas se mostraram pontuais, descontinuadas e pouco adaptadas à realidade da Educação Infantil.

As entrevistas revelaram a falta de comprometimento dos profissionais de saúde com o contexto pedagógico e a distância entre o que é proposto nos documentos oficiais e o que ocorre na prática. Essa desarticulação impacta diretamente o processo de ensino e aprendizagem, prejudicando as crianças que enfrentam condições de vulnerabilidade e problemas de saúde. Conclui-se que há uma contradição entre o discurso e a prática das políticas públicas voltadas à infância e que a efetivação dessas ações depende do comprometimento do poder público municipal, bem como do acompanhamento contínuo pelos entes federativos. O fortalecimento dos vínculos entre saúde e educação é essencial para garantir uma infância digna, saudável e com reais possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A.; SILVEIRA, R.; QUERINO, R.; MORAES, F.; CARDOSO, M.; BUSCARATTI, L.; CAMPOS, M.s; GOMES, L.; FERRIANI, M.; Promoção da saúde da criança escolar e a identificação de determinantes sociais: relato de experiência. *Aletheia*, Canoas, v. 52, n. 1, 2019, p. 189–199.
- ARROYO, G. M. Ofício de Mestre Imagens e auto-imagens; *Editora Vozes*; Petrópolis, 2006.
- BRASIL. **Política Nacional Integrada da Primeira Infância** – PNIPI. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 9 de abril de 2024. Brasília: MEC, CNE, 2024.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Brasil Carinhoso**. Brasília: MDS, 2012.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.
- _____. Ministério da Saúde. **Estratégia Saúde da Família**. Brasília: MS, 2006.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
- _____. Ministério da Saúde. **Programa Saúde da Família**. Brasília: MS, 1994
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. .
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
- CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada guia prático para análise qualitativa**. Artmed: Porto Alegre; 2009.
- RIBEIRO, A. M.; SILVA, R. R. F. DA.; PUCCINI, R. F. Conhecimentos e práticas de profissionais sobre desenvolvimento da criança na atenção básica à saúde. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 28, n. 2,; 2010; p. 208–214.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro; 2002.